

Autoritarismo no Japão, 1929-1940: fascismo ou militarismo?

NÁDIA SAITO¹

The concrete forms of fascism change with the concrete circumstances of the revolutionary situation.

(MARUYAMA, 1983: 161)²

Em 1929, a crise bancária mundial imergiu a economia do Japão numa depressão nunca antes experimentada. Golpes e assassinatos políticos compuseram o panorama deste país, facilitando a subida dos militares ao poder em 1932. Um ano antes, em 1931, a Manchúria serviu à expiação da agressão real representada pelos nipônicos ao continente asiático. As expansões militares continentais na Ásia favoreceram uma recuperação rápida da economia japonesa, além de desenvolver uma indústria pesada voltada, essencialmente, para uma tecnologia bélica; contudo, esta expansão que projetou o Japão como exportador de capitais, resultou em tensões internacionais quanto a possíveis invasões às nações vizinhas. O jogo político, rodeado de intrigas e alianças de partidos tradicionais com os zaibatsus, cede o poder aos militares – com apoio da maioria da sociedade – com a promessa de uma guerra expansionista, de solidariedade asiática e de oposição às nações ocidentais no Extremo Oriente.

Ao iniciar-se, a era Showa (1926-1989; periodização configurada pela transição de imperadores no poder), a figura do imperador Hiroito na historiografia muitas vezes é entendida como um símbolo do militarismo ou nacionalismo em curso. Apresenta-se aqui uma reflexão sobre o conceito de fascismo localizado num tema maior que é a formação do Estado Moderno e o desenvolvimento do capitalismo no Japão nos anos compreendidos entre 1929 e 1940, datas referentes à crise bancária mundial e ao fechamento dos sindicatos e proibição de partidos. São relevantes as relações acerca do fascismo e o militarismo que denominam as experiências históricas dos anos

¹ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, mestranda, CAPES.

² Todas as citações serão feitas na língua original seguidas de tradução feita por mim: “As formas concretas do fascismo mudam com as circunstâncias concretas da situação revolucionária.”

compreendidos entre as Guerras Mundiais, neste caso, pois este gira em torno da controvérsia do regime no Japão.

A historiografia tem se interessado sobre a aplicabilidade do conceito fascismo no contexto japonês aparecendo circunscrita e reduzida por duas razões – de forma geral –, a primeira delas, é a visão de aproximação do Japão como país remoto e exótico.³ Para tanto, criaram-se estereótipos de alteridade desconsiderando a complexidade do fato histórico e que, por sua vez, fortalece uma imagem descolada de qualquer apreciação crítica ou de ferramentas conceituais que possam satisfazer a questão, empobrecendo a historiografia sobre o assunto.

A segunda razão, de igual importância e de certa forma relacionada com a primeira, é a ótica individualizante e meramente ideológica que foi infundido entre os estudiosos estadunidenses nos anos do imediato pós-guerra, e que se tornou a visão hegemônica até os dias atuais.

Questo approccio fu fatto proprio dalla storiografia americana sul Giappone la quale non soltanto influenzò e legittimò le scelte degli «addetti ai lavori» durante l'occupazione conseguente alla resa ma, dal 1945 in poi, ha in pratica monopolizzato – passando, tra l'altro, attraverso le persecuzioni del maccartismo che sull'orientalistica, forse, ancor più che sugli altri settori della vita intellettuale americana, si sono abbattute con rigore e violenza – analisi e teorizzazioni, ampiamente diffuse in Occidente, sulla società giapponese tra le due guerre. Sono state, in tal modo, accreditate e divulgate interpretazioni del fascismo, anzi del «non fascismo», giapponese poco convincenti che si fondano unicamente sull'individuazione degli elementi mancanti – rispetto all'Italia e alla Germania – nel considerato «caso giapponese» e che, in sede storiografica, in quanto lo appiattiscono, ritengo facciano un pessimo uso del metodo comparativo.⁴

(GATTI, 1983: 248)

Francesco Gatti (1983) apresenta indícios para o exame da experiência japonesa que perseguem o fio condutor do capitalismo japonês em desenvolvimento. Gatti foi um

³ Cf. WONG, Roy Bin. *China Transformed*. Ithaca: Cornell University Press, 1997; SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

⁴ “Esta abordagem foi consolidada pela historiografia americana sobre o Japão, a qual não só influenciou e legitimou escolhas dos ‘especialistas’ durante a ocupação após a rendição, mas, que a partir de 1945, tem na prática monopolizado – passando, entre outras coisas, através das perseguições do macartismo que sob uma visão orientalista, talvez, até mais do que outros setores da vida intelectual americana, se abateu com rigor e violência – análise e teorização, amplamente divulgada no Ocidente, sobre a sociedade japonesa do entre-guerras. Foram, assim, creditadas e divulgadas interpretações do fascismo, e mesmo do ‘não-fascismo’, japonês pouco convincentes que se basearam apenas sobre a individualização dos elementos ausentes – em relação à Itália e à Alemanha – em consideração ao ‘caso japonês’ e que, na historiografia, tem um achatamento, tem-se feito um mal uso do método comparativo.”

dos precursores ao analisar a natureza do regime japonês no período das Grandes Guerras, fora do Japão:

Lo sviluppo storico del Giappone tra le due guerre mondiali pone una serie di problemi interpretativi riconducibili, da un lato, alla comprensione e all'approfondimento teorico e fattuale delle condizioni oggettive e soggettive in cui si avviò la transizione al capitalismo e si consolidarono i successivi «stadi di sviluppo» e, dall'altro lato (peraltro, s'intende, non scindibile dal primo ma ad esso intrecciato e correlato), all'analisi del rapporto esistente tra crescita della «società di massa» ed evoluzione delle forme di dominio della borghesia. Se il dibattito sul capitalismo giapponese – conseguenza del ruolo egemone che nel mondo accademico di quel paese ha ricoperto – è approdato ad indagini storiografiche e definizioni concettuali interessanti e feconde non soltanto nell'ottica della «peculiarità» ma anche in termini teoretici, rispetto a quel dibattito, l'analisi dei rapporti economico-sociali tra le classi e delle modificazioni intervenute a livello istituzionale, ancora sconta – e negli ambienti culturali giapponesi e, soprattutto, nell'ambito della storiografia occidentale – ritardi e carenze.⁵

(GATTI, 1983: 247)

Conforme o autor, o silêncio sobre o regime japonês instaurado no período da Segunda Guerra Mundial por parte da historiografia é justificado – ainda que não legítimo – por ser parte de um processo histórico e político vivido naquele momento pelos pesquisadores e estudiosos japoneses; no entanto, dentre os estudos feitos no Ocidente de forma geral, apesar da dificuldade de absorção do mundo cultural e do editorial, o problema é contornado por renúncia e recusa ao tópico.

⁵ “O desenvolvimento histórico do Japão entre as duas guerras mundiais apresenta uma série de problemas de interpretação causados, por um lado, pela compreensão e pelo aprofundamento teórico e factual das condições objetivas e subjetivas em que se iniciou a transição para o capitalismo e se consolidaram os próximos ‘estágios de desenvolvimento’ e, de outro lado (o que, naturalmente, não está dissociado do primeiro, mas interligado e correlato), a análise da relação entre o crescimento da ‘sociedade de massas’ e evolução da forma de domínio da burguesia. Se o debate sobre o capitalismo japonês – consequência do papel hegemônico que no mundo acadêmico daquele país já revelou – conduziu as investigações historiográficas e definições conceituais interessantes e fecundos, não só em termos de ‘singularidade’, mas em termos teóricos, em relação ao debate, a análise das relações econômicas e sociais entre as classes e suas eventuais alterações ao nível institucional, continua a servir – e em ambientes culturais japoneses e, sobretudo, no contexto da historiografia ocidental – aos atrasos e às ausências.”

Considerações sobre o regime japonês como fascismo

Explicações sobre o fascismo que possuem um caráter mais geral e teórico foram construídas desde a década de 1940, como já expostas, por exemplo, por Palmiro Togliatti (1935)⁶, Hannah Arendt (1951)⁷ e Friedrich & Brzezinski (1956)⁸ que visualizam o evento fascista como supranacional com características análogas e fatores homogêneos entre os diferentes países.

Criticando o conceito de totalitarismo em Hannah Arendt, João Bernardo⁹ julga que trouxe contribuições pouco frutíferas para o estudo histórico comparativo, partindo de um pressuposto ontológico instável que teoriza sobre uma essência criminalizante do fato social. Segundo o português, a necessidade surgiu ao negar a relação entre as democracias parlamentares e as raízes ideológicas do fascismo e, por consequência, sua ascensão prática. Para suprir a categoria de fascismo haveria a diferenciação entre categorias como autoritarismo e totalitarismo.

Os políticos e os teóricos da política liberal toleram os regimes designados como autoritários, considerando que eles levaram a extremos talvez inconvenientes, embora legítimos, os valores da ordem e do respeito pela hierarquia inerentes ao liberalismo; mas recusam o direito de existência aos regimes ditos totalitários, uma categoria em que reúnem o fascismo com o comunismo soviético.

(BERNARDO, 2003: 197)

Portanto, a categoria de fascismo estaria reservada para as experiências italiana e alemã somente, enquanto os outros fenômenos categorizados como autoritários de forma geral; relegando deste modo um espaço não-político à categoria. Em sua obra *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt apresenta seu principal argumento assumindo

⁶ TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. Lisboa: Seara Nova, 1975. "... o movimento de massas não é o mesmo em todos os países. A ditadura tampouco é a mesma em todos os países. Por isso devo adverti-los contra um erro fácil de ser cometido. Não devemos crer que o que é verdadeiro para a Itália deva ser verdadeiro, deva convir para outros países. O fascismo pode ter formas diversas em diversos países. Mesmo as massas de vários países possuem formas de organização diferentes. E deve-se também levar em conta o período de que se fala. Em tempos diferentes, num mesmo país, o fascismo assume aspectos diferentes. Devemos então fixar dois elementos. Já vimos a definição do fascismo mais completa: 'o fascismo é uma ditadura aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro'." (p.2)

⁷ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁸ FRIEDRICH, Carl e BRZEZINSKI, Zbigniew. *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*. Cambridge : Harvard University Press, 1965.

⁹ BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo*. Porto: Editora Afrontamento, 2003.

a população como permanentemente passiva aos acontecimentos políticos dirigidos por uma elite, desconsiderando que:

... podemos detectar na população comum regimes totalitários não a dissolução dos elos sociais, mas uma reorganização das redes de relacionamento a níveis muito profundos. Isto deve-se ao fato de a classe trabalhadora, mesmo que tenha perdido consciência da sua existência no plano sociológico e que estejam destruídas as suas formas mais visíveis de organização, continuar a existir no plano determinante das relações de exploração.

(BERNARDO, 2003: 198)

Por outro lado, leituras mais individualizantes cujos representantes mais relevantes partem da premissa das particularidades nacionais ao avaliar os casos (e.g. Renzo De Felice e George L. Mosse)¹⁰, eclipsam comparações a outras experiências análogas daquele período. A chave para estas interpretações parte tanto de um mecanismo do consenso no regime e no movimento fascista quanto de uma ritualização de cada um dos eventos. Neste sentido, a diferenciação entre: regime e movimento; autoritarismo, fascismo e nacionalsocialismo: “Non esiste il «fascismo». Esistono il movimento, il partito, il regime. Esistono i militanti, i compagni di strada, i fiacheggiatori. Esiste soprattutto Mussolini, vale a dire un uomo che portò con sé, in tutte le sue incarnazioni, il bagaglio delle esperienze precedenti.”¹¹ (ROMANO, 1998: 8)

Um dos pontos fundamentais para este tipo de explicação seria pela categoria de *massa* que permitiria a diferenciação dos graus dos vários países. A partir desta via toma-se um *mínimo denominador comum* para diferenciar cada regime no interior de cada país.

¹⁰ DE FELICE, Renzo. *Fascismo*. Milano, Trento: Luni Editrice, 1998; MOSSE, George L. *La nazione, le masse e la “nuova politica”*. Roma: Di Renzo editore, 1999.

¹¹ “Não existe o ‘fascismo’. Existem, o movimento, o partido, o regime. Existem os militantes, os companheiros de estrada, os simpatizantes. Existe, acima de tudo, Mussolini, ou seja, um homem que trouxe consigo, em todas as suas encarnações, a bagagem das experiências precedentes.”

Il fascismo si sarebbe affermato in paesi con un rapido e intenso processo di mobilità sociale verticale, dove predominava (o dove permanevano forti residui di) un'economia agrario-latifondistica; dov'erano in atto una forte crisi economica, un confuso processo di trasformazione dei valori morali tradizionali, una crisi di crescita o sensibilità del sistema parlamentare che ne metteva in causa la legittimità stessa e accreditava l'idea della mancanza di valide alternative di governo; dove infine la guerra non aveva risolto o aveva provocato problemi tensioni nazionalistiche o il sorgere di tendenze revisionistiche rispetto all'assetto europeo stabilito con i trattati postbellici. Quanto alle forme di potere, il fascismo si sarebbe affermato attraverso una concezione mistica della via e della politica fondata sul primato dell'attivismo irrazionale e sul disprezzo dell'individuo cui venivano contrapposte la comunità nazionale e le personalità eccezionali; attraverso un regime politico di massa fondato sul partito unico, sulla milizia di partito, sulla polizia, sul controllo dell'informazione e della propaganda; attraverso un rivoluzionarismo verbale e un conservatorismo sostanziale; attraverso la creazione di una nova classe dirigente espressa dal partito e, grazie ad esso, dalla piccola e media borghesia; attraverso la valorizzazione dell'apparato militare; attraverso un regime economico privatistico, ma con una forte tendenza all'espansione dell'iniziativa pubblica, all'autarchia e all'assunzione da parte dello Stato di funzioni di controllo della politica economica e di mediazione nelle controversie di lavoro.¹²

(PERFETTI, 1998: 20-21)

Há ainda autores, como Ito Takashi¹³ e Emilio Gentile¹⁴ que consideram o uso do termo fascismo indiferente para a classificação da experiência japonesa ou mesmo para a experiência ocidental. Levando em conta que a terminologia é fator de comparação débil e sua conceitualização traria contribuições mais para um debate comprometido com interesses políticos e ideológicos e menos com os fatos históricos. Junto a estes

¹² “O fascismo se teria realizado em países com um rápido e intenso processo de mobilidade social vertical, onde predominava (ou onde permaneceram fortes resíduos de) uma economia agrário-latifundiária; onde houve uma grave crise econômica, um processo confuso de transformação dos valores morais tradicionais, uma crise de crescimento ou instabilidade (sensibilidade) do sistema parlamentar que pusesse em causa a própria legitimidade e acreditava na ideia da falta de alternativas viáveis para o governo; onde, enfim, a guerra não havia resolvido ou provocado problemas ou tensões nacionais ou o surgimento de tendências revisionistas sobre a organização europeia estabelecida pelos tratados do pós-guerra. Quanto às formas de poder, o fascismo teria sido instituído através de uma visão mística da via e da política fundada sob o primado do ativismo irracional e sob o desprezo do indivíduo que se opunham à comunidade nacional e à personalidade excepcional; através de um regime político de massas com base em um único partido, a milícia do partido, a polícia, o controle de informação e da propaganda; através de um revolucionarismo verbal e um conservadorismo substancial; através da criação de uma nova classe dirigente do partido e, através dele, da pequena e média burguesia; através da valorização dos militares; através de um regime econômico privatístico, mas com uma forte tendência à expansão do setor público, à autarquia e da assunção pelo Estado das funções de controle da política econômica e de mediação nas controvérsias do trabalho.”

¹³ FLETCHER, Miles. Intellectuals and Fascism in Early Showa Japan. *The Journal of Asian Studies*, Vol. 39, n. (Nov., 1979), pp. 39-63.

¹⁴ GENTILE, Emilio. Fascism in Italian Historiography: in search of an individual historical identity. *Journal of Contemporary History*, vol.21, n.2, 1986, pp. 179-208.

autores estariam aqueles como Kentaro Hayashi que desaprovam o uso, complementado a argumentação de que em termos de políticas e instituições específicas não houveram similaridades com o nazismo alemão ou o fascismo italiano; não houve um partido de massa único análogo ao partido nazista alemão; não houve tomada de poder por um ditador; e nenhuma ideologia se tornou dominante. E ainda, o argumento mais comum a ser defendido principalmente entre os especialistas ocidentais, sobre o envolvimento dos militares no governo como fonte do problema japonês caracterizando uma experiência meramente militarista sem precedentes com o Ocidente. Essas leituras fragmentadoras do foco a ser aprofundado no estudo aqui proposto são importantes espaços a serem apreendidos; isto é, há de se examinar com mais atenção o indício, e debates envolvidos, da existência de uma continuidade mórbida na historiografia japonesa propondo que não houvesse qualquer mudança na estrutura política e social desde o início do século XX.¹⁵

Norberto Bobbio¹⁶ concorda com uma sistematização do sistema autoritário de dominação após ponderar as várias direções teóricas que o estudo do fascismo pode apontar, sendo marcado:

... pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

(SACCOMANI, 1998: 466)

Apesar de válido o esforço para delimitar as estruturas do fascismo (como regime, como movimento, massa, etc.), tal conjunto de elucidações pouco explica a dinâmica, natureza e interesses envolvidos na trama política das décadas de 1920 a 1940;

¹⁵ FLETCHER, Miles. op.cit.

¹⁶ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília, São Paulo: UnB, Imprensa Oficial do Estado, 1998.

desprovidas de um aporte teórico-metodológico bem consolidado o potencial dessas análises fica comprometido.

A partir da década de 1920 há um esforço pelo entendimento dos crescentes movimentos fascistas e, posteriormente, pela análise do regime. A análise feita pela III Internacional ao fazer resistência aos movimentos fascistas justapõe algumas características do fascismo como expressão de uma crise estrutural profunda do capitalismo moderno, resultante do movimento do capital monopolista e que tende a organizar a vida social sob a fôrma totalitária; assim, afirma-se ser a pequena burguesia ou a classe média a base social do movimento de massas.¹⁷

Em geral, a denominação adotada para o regime japonês é dada por analogia ao fascismo no Ocidente e é atribuída acima de tudo à paridade temporal e de condução dos fatos frente ao Estado Moderno e ao processo de modernização econômico-social. A modernização do aparato estatal de 1868, também conhecida como Restauração Meiji, permitiu a conservação das relações tradicionais da sociedade principalmente nas relações camponesas que conservam vestígios até os dias atuais. A crise de 1929 impeliu o fechamento dos mercados, impulsionando o imperialismo, configurando o início da hegemonia japonesa na Ásia.¹⁸

No plano interno, militares e burocratas substituíam o governo estabelecido no período Tokugawa, também conhecido como o período do xogunato, e ganhavam espaço aplicando uma série de medidas que se previam emergenciais para o caso de guerra. As ações com tendências consideradas fascistas no Japão apresentavam características específicas, uma cultura política própria, sendo acomodadas pela sociedade japonesa como uma continuação da restauração em andamento.¹⁹

Segundo W. G. Beasley,²⁰ a própria Constituição Meiji e várias decisões tomadas a partir desta conteriam a natureza da monarquia e teriam duas características principais: a) um caráter europeu de modernização, ressaltando a força do poder executivo em

¹⁷ BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.147.

¹⁸ BEASLEY, W. G. *Modern Japan*. Tokyo: Charles Tuttle, 1989; BIX, Herbert. *Hiroito and the making of modern Japan*. New York: Harper Collins, 2000; MARUYAMA, Masao. *Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics*. London: Oxford University Press, 1963.

¹⁹ BEASLEY, W. G., op.cit.

²⁰ BEASLEY, W. G. Introduction, em KAWAHARA, Toshiaki. *Hiroito and His Times*. Tokyo & New York: Kodansha International.

contraposição a um poder legislativo enfraquecido; e b) a referência ao imperador como divindade, descendente direto da deusa Amaterasu (deusa Sol), que formularia o teor de legitimidade da Constituição como presente divino na Terra ao seu povo.

The political parties, reflecting for the most part the interests of commercial and enterprises, were growing in influence in the 1920's, but insofar as they sought to bring about institutional reform, their object of attack was the bureaucracy, rather than monarchy. All this changed after 1930, however. The men who competed for power thereafter – that is, the military and the nationalists who supported them – conceived of a 'purified' political structure, based on a more direct relationship between the emperor and his people, in which parliament, industrialists, and liberals of every kind would be set aside. The result was to bring the monarchy inescapably to the forefront of politics. It was not supposed that the emperor himself would have to do anything very different from what he had always done. Nevertheless, there would be new groups speaking in his name, new politics to be ratified by his authority, and a new interpretation of the constitution to be imposed upon his subjects. This implied that if the emperor and his immediate advisers clung to received wisdom about the nature of the Meiji Constitution, they were likely to provoke domestic confrontation. They proved unwilling to do so.²¹

(BEASLEY, 1990: X-XI)

Uma das proposições instigantes à investigação é a hipótese de um litígio entre Ocidente e Oriente sobre o conceito de fascismo na historiografia de Willensky que gerou controvérsias:

²¹ “Os partidos políticos, traduzindo em grande parte os interesses do comércio e das empresas, estavam crescendo em influência na década de 1920, mas na medida em que procuraram levar a reforma institucional, o seu objeto de ataque foi a burocracia, ao invés da monarquia. No entanto, tudo mudou após 1930. Aqueles que competiam pelo poder, posteriormente – ou seja, os militares e os nacionalistas que os apoiaram – conceberam uma estrutura política ‘purificada’, baseada numa relação mais direta entre o imperador e seu povo, no qual o parlamento, os industriais e os liberais de qualquer tipo seriam postos de lado. O resultado foi trazer a monarquia, inevitavelmente, à frente da política. Não se supunha que o próprio imperador pudesse fazer nada muito diferente do que sempre fizera. No entanto, haveria novos grupos falando em seu nome, novas políticas a serem ratificadas sob sua autoridade e uma nova interpretação da Constituição a ser imposta a seus súditos. Isto implicava que, se o imperador e seus conselheiros imediatos se agarrassem a sabedoria concebida pela natureza da Constituição Meiji, eles seriam susceptíveis a provocar a confrontação interna. [Entretanto,] Eles se mostraram indispostos a isto.”

Durante todo esse período o governo japonês utilizou-se em larga medida do serviço ao Estado e a lealdade ao ideal do *Kodo*²² para condicionar e moldar a população num tipo de servidão motivada, o mesmo que Mussolini em seu *Fasci de Combattimento* esteve galgando na Itália fascista. Membros da direita japonesa, os militares e o governo podem ter negado veemente que eram fascistas mas isso não muda, de forma alguma, as realidades políticas do que o pré-guerra se tornou até o início dos anos 40 – um Estado fascista.
(WILLENSKY, 2005: 77)

Marcus Willensky²³ prossegue com a explicação de que as interpretações atuais têm sido condicionadas pela dinâmica da história e esse movimento regula, por exemplo, a consideração ou negação do Japão como Estado fascista. No entanto, o crítico deixa de analisar as estruturas próprias do estado japonês num esforço em explicar a história do conceito no Japão e dissipando a potência que a análise da experiência em si traria.

Proposição contrária a anterior é de que só há possibilidade de utilização do termo fascismo para uma experiência ocidental considerando que o termo foi cunhado na especificidade histórica da Itália. E, portanto, só há como empregar o termo a todo aquele regime que apresentar proximidade ao modelo italiano ou, ousadamente, do Ocidente como já explicitamos acima.²⁴

²² “*Kodo* quer dizer literalmente 'pelo caminho do Imperador', ou pelo Império, foi um movimento popular no Japão durante a Era Showa [1926-1989] que teve sua origem na filosofia chinesa de *Wun Tao*, o caminho majestoso, em que pregava os benefícios de ser conduzido – teoricamente – ao puro e ao caminho iluminado do Rei.” Em WILLENSKY, Marcus. *Japanese Fascism Revisited*, em *Greater China*, vol. 5, nº1, Winter 2005, p.77.

²³ WILLENSKY, Marcus, op.cit.

²⁴ “Primo: che – al di là di quanto or ora detto – nei singoli fascismi le peculiarità nazionali e in primo luogo il grado di nazionalizzazione delle masse (...) furono a tutti i livelli decisivi, tali da rendere improponibile, sia per i partiti e i movimenti sia per i regimi, un discorso di tipo assolutamente unitario. Secondo: che le radici storiche del fascismo non possono essere ricercate solo nella tradizione politica e culturale della destra, ma, al contrario, vanno ritrovate assai spesso in quella di un certo radicalismo di sinistra nato con la Rivoluzione francese. Il che marca ulteriormente (e a monte) le profonde differenze che fanno dei regimi fascisti di massa una realtà assai diversa dai regimi autoritari e conservatori tradizionali e del fascismo un «nuovo stile politico» che – como ha dimostrato compiutamente G. L. Mosse per il nazionalsocialismo, ma il discorso vale anche se tengano presenti le differenze tra i due regimi – se si serviva di una tradizione precedente, si poneva però obiettivi completamente nuovi: trasformare le folle in masse organizzandole in un movimento politico con caratteri di religione laica.” (DE FELICE, 1998: 92)

“Em primeiro lugar, que – para além do que acabo de dizer – nos singulares fascismos as particularidades nacionais, e em primeiro lugar o grau de nacionalização das massas (...) foram cruciais em todos os níveis, tornando impossível, seja para os partidos e os movimentos seja para os regimes, um tipo de discurso absolutamente uniforme. Em segundo lugar, as raízes históricas do fascismo não podem ser buscadas apenas na tradição política e cultural da direita, mas, ao contrário, são encontradas muitas vezes num certo radicalismo de esquerda com origem na Revolução Francesa. O que marca ulteriormente (e antes) as profundas diferenças que fazem dos regimes fascistas de massa uma realidade muito diferente dos regimes autoritários e conservadores tradicionais e do fascismo um

Diante deste quadro, o caso japonês será tratado como forma de assentar a categoria de fascismo, em contraposição ao alargamento que vêm sofrendo com teorias demasiado singularizantes e que prezam pela contingência na história. Da mesma forma, pretende-se delimitar as fronteiras de propostas com alto grau de generalidade descomprometidas de rigor teórico-metodológico. Esta análise do caso japonês tem a finalidade de compor um panorama que por muitas vezes alimentou um debate implicado em classificar dicotomicamente os componentes que podem ou não formar parte dos mesmos, excluindo as particularidades de cada situação nacional que mal se encaixavam numa dada abordagem privilegiando paradigmas desarticulados de condições econômicas decisivas às ações políticas e sociais. Em concordância com Gatti,²⁵ uma compreensão da história do Japão – sob uma perspectiva que não seja comprometida pelo eurocentrismo e que insurja da alteridade – há de ser feita a partir da experiência em si e não da desnaturação da categoria de fascismo. Esta operação acrescenta algo aos estudos sobre a historiografia japonesa apontando à tese do fascismo em seus pontos nevrálgicos quer seja como dilatação da análise dos problemas teóricos quer seja como o estudo de suas especificidades sem que se perca a percepção conjutural do período.

Contrariando a visão de que houvesse a possibilidade de um “fascismo de base/baixo”, Edwin O. Reischauer²⁶ reivindica que a presença de um “movimento ultranacionalista organizado” completa sua leitura sobre o evento como uma ditadura militar com tendência totalitária. A inexistência de um regime fascista é afirmada por um militarismo sustentado por relativo nível de atraso econômico em sua modernização. E aponta que somente com um extremo nível de abstração pode-se afirmar que houve um modelo fascista de transição política. Corroborando esta tese John Whitney Hall²⁷ afirma que em 1941 era impossível haver um Estado fascista ou totalitário e recorre à branda definição de “Estado defensivo” caracterizado por uma ideologia

‘novo estilo de política’ que – como demonstrou G. L. Mosse para o nacionalsocialismo, mas o discurso está também referindo a diferença entre os dois regimes – caso ele se servisse de uma tradição precedente, colocava-se objetivos inteiramente novos: transformar a multidão em massas organizadas em movimento político com características de religião laica.”

²⁵ GATTI, op.cit., p.8.

²⁶ Cf. REISCHAUER, Edwin O. *Japan*. Tokyo: Charles Tuttle, 1990.

²⁷ Cf. HALL, John W. *El Imperio Japonés*. Volumen 20. México, Argentina, España: Historia Universal Siglo Veintiuno, 1973.

ultranacionalista e de sustentação da continuidade da estrutura constitucional do Meiji, sendo os únicos elementos novos dos anos 1930 o militarismo e o conceito de socialismo de Estado. Tratando o problema somente a partir de padrões de comparação sem se deter na conjuntura econômica que cerceava todo o período em escala mundial, reservando o objeto apenas aos limites da Ásia.

Describir el Japón como fascista o totalitario en 1941, como algunos autores han hecho, es, realmente, excesivo. La última etapa de la reorganización del Japón bajo las presiones militar y ultra-nacionalista dio origen a condiciones totalmente distintas de las que caracterizaban a la Alemania nazi o a la Italia fascista. La llamada «Nueva Estructura» en el Japón no dependía de un Hitler o de un Mussolini. En 1941 el Japón estaba más cerca de lo que los propios japoneses llamaban un «Estado defensivo» o un «Estado de consenso», en el que toda nación se dirigía hacia unos objetivos colectivistas con propósitos defensivos, orientándose ideológicamente hacia el interior, hacia sus dogmas tradicionales y sus mitos históricos, a fin de alcanzar un consenso total. En el Estado defensivo japonés, la estructura política centrada en el emperador, propia de la Constitución Meiji, permanecía intacta para proteger los intereses creados de las minorías dominantes. Los elementos nuevos introducidos en el escenario político fueron el militarismo y los conceptos del socialismo de estado.²⁸

(HALL, 1973: 301)

Hall atribui a introdução da ideia de socialismo de Estado ao pensamento da direita. Como artifício metodológico, Hall faz o uso do termo militarismo esquivando-se ao estudo do fascismo como categoria histórica. O recurso ao termo militarismo acaba por negar a natureza das relações econômicas e sociais, além de ser metodológica e teoricamente difuso, afirma Gatti.²⁹

Outra proposição válida, porém cercada do caráter personalista dos fatos históricos é de Toshiaki Kawahara³⁰ que visualiza a experiência do regime japonês dos anos das Grandes Guerras Mundiais como um fenômeno marcado por movimentos

²⁸ “Descrever o Japão como fascista ou totalitário em 1941, como alguns autores têm feito, é, realmente, excessivo. A última etapa da reorganização do Japão sob as pressões militar e ultranacionalista deu origem a condições totalmente distintas das que caracterizavam as da Alemanha nazista ou as da Itália fascista. A chamada ‘Nova Estructura’ no Japão não dependia de um Hitler ou de um Mussolini. Em 1941 o Japão estava mais próximo do que os próprios japoneses chamavam de um ‘Estado defensivo’ ou um ‘Estado de consenso’, no qual toda nação se dirigia por objetivos coletivistas com propósitos defensivos, orientando-se ideologicamente ao seu interior, ao seus dogmas tradicionais e seus mitos históricos, a fim de alcançar um consenso total. No Estado defensivo japonês, a estrutura política centrada no imperador, própria da Constituição Meiji, permanecia intacta para proteger os interesses criados pelas minorias dominantes. Os elementos novos introduzidos no cenário político foram o militarismo e o conceito de socialismo de Estado.”

²⁹ GATTI, Francesco, op.cit.

³⁰ KAWAHARA, Toshiaki, op.cit.

militaristas considerados externos ao mundo político, fundamentando-se sobre a representação do imperador na sociedade. Isto é, o fenômeno denominado anteriormente por fascista, nacionalista ou, ainda, militarista, é considerado, em âmbito do poder executivo agitação momentânea e de caráter externo ao governo e, portanto, de pouco interesse à sociedade. Ausentando-se de explicar o imperialismo japonês e os movimentos fascistas, que considera como acontecimentos impropriedades à natureza do Estado japonês, trata, ao mesmo tempo, as experiências ligadas ao Estado amalgamadas ao poder do imperador japonês, neste caso o imperador Hiroito. A obra de postura biográfica sobre o imperador Showa, contrariamente, contém introdução com proposição mais incisiva de W. G. Beasley,³¹ na qual pretende ampliar esta hipótese apontando alguns aspectos que sugeririam o uso do termo fascismo para o evento japonês:

Although there may well have been a time in the distant past when Japanese emperors ruled as well as reigned, for a thousand years or more before the nineteenth century they did no more than preside over a government that was openly controlled by aristocrats or feudal lords. Then – as matters are seen by the majority of Japanese historians, though not of conservative politicians – during the reign of Hiroito’s grandfather, the Meiji Emperor, which lasted from 1868 to 1912, the monarch became part of a system of government that was both absolutist and bureaucratic. This not only subordinated popular liberties and the welfare of the people to the needs of an accelerated program of modernization, designed to make Japan internationally strong, but also opened the way to the militarism and fascism on which it is possible to lay the blame for Japan’s twentieth-century imperialism and aggression. In other words, the ‘emperor system’, as it is called, is said to be the heart of Japan’s prewar ills. Although Hiroito had no share in devising it, he was its latest representative and defender. For this reason he is touched by his guilty.³²

(BEASLEY, 1990: VIII - IX)

³¹ BEASLEY, W.G., op.cit.

³² “Embora possa ter sido um momento no passado distante, quando os imperadores japoneses governavam bem como reinavam, por mil anos ou mais antes do século XIX eles não fizeram mais do que presidir um governo que era abertamente controlado por aristocratas ou senhores feudais. Então – como as questões são vistas pela maioria dos historiadores japoneses, embora as não de políticos conservadores – durante o reinado do avô de Hiroito, o imperador Meiji, que durou de 1868 a 1912, o monarca tornou-se parte de um sistema de governo que foi absolutista e burocrático. Isto não só subordinou liberdades populares e o bem-estar do povo às necessidades de um programa acelerado de modernização, projetada para tornar o Japão internacionalmente forte, como também abriu o caminho para o militarismo e para o fascismo em que é possível colocar a culpa no imperialismo e na agressividade japonesa do século XIX. Em outras palavras, o ‘sistema do imperador’, como é chamado, é considerado o centro dos males do Japão pré-guerra. Apesar de Hiroito não ter partilhado na elaboração, ele foi o irrevogável representante e defensor. Por esta razão, ele é a causa de sua culpa.”

As explicações prescritas pela historiografia hegemônica gestada a partir dos anos 1950 restringem-se, timidamente, aos particularismos, entretendo o potencial de complexidade do debate sobre o caso japonês.³³ É importante ter em vista que a segmentação acentuada de tais estudos era uma forma de evitar uma reflexão mais complexa, sustentando o argumento do fascismo como *malattia morale*; tal leitura é mais recorrente entre os especialistas centrados nas investigações culturais sobre o Japão e naqueles que inserem o fascismo como um resultado desconexo ao desenvolvimento do capitalismo.

Interpretação adversa é a de Barrington Moore Jr.³⁴, que trata o assunto sob a ótica da teoria da modernização e defende a ideia de um regime fascista no Japão.

A adaptabilidade das instituições políticas e sociais japonesas aos princípios capitalistas permitiu ao Japão evitar os custos de entrada revolucionária no palco da história moderna. Em parte por ter escapado a esses horrores, o Japão acabou por sucumbir ao fascismo e à derrota. O mesmo sucedeu à Alemanha, por motivos muito semelhantes.

(MOORE JR, 1983: 310)

Moore Jr. indica a ocorrência regular de representações que levam em consideração o contingente *exótico* na análise da história japonesa, principalmente por parte de pensadores do Ocidente, e observa que a representação pré-moderna do Japão é analisada de forma a tornar, por exemplo, os laços feudais japoneses como mais primitivos e menos objetivos do que as categorias correspondentes para os europeus como forma de se ausentar a um exame mais minucioso.³⁵

Francesco Gatti propondo uma explicação diferente e mais complexa para a compreensão da vida política do Estado japonês valoriza o papel histórico e o posicionamento da burocracia na sociedade. O debate sobre as relações de classe e forma de governo do sistema imperial e, em particular, sobre a aplicação da categoria de fascismo no Japão na década de 1930, assume, no interior da historiografia sobre o Japão, um tom de uma polêmica acirrada em decorrência da Guerra do Pacífico, como

³³ Sobre a recusa em utilizar o termo e particularizar cada experiência se deve, segundo João Bernardo (2003, p.201): “A função ideológica do par de conceitos, totalitarismo e autoritarismo, não consiste em desvendar a realidade do fascismo, mas em iludir as responsabilidades da democracia. Por isso mesmo estes conceitos foram usados para conceber, ou mais exatamente para justificar, a política ocidental ao longo da guerra fria, quando as democracias se aliavam a regimes como autoritários para combater regimes definidos como totalitários.”

³⁴ MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

³⁵ Cf. MOORE Jr., op.cit., p.234.

já citado anteriormente. Ao mesmo tempo em que a história do Japão é dirigida por um negacionismo do passado, ou absolvição deste por meio do Tribunal Militar Internacional do Extremo Oriente,³⁶ formam-se releituras que ao fim da Segunda Guerra Mundial configuravam com nitidez uma estratégia anticomunista na Ásia.³⁷

Outra sistematização teórica, operada por Masao Maruyama³⁸, caracterizada pela diferenciação entre nacionalismo e ultranacionalismo trouxe contribuições importantes para a teoria do fascismo no Japão. Maruyama se concentra em compor uma caracterização ao regime japonês, para tanto ele fez uma série de demonstrações sobre o fascismo como movimento e como sistema, diferenciando suas vertentes “de cima” e “de baixo” como instrumento de análise teórica. Ressalta, porém, que esta distinção é apenas para efeito de exame – e que na prática estes fatores estariam imiscuídos na realidade vivida, ao contrário de estarem claramente dispostos e delineados – avaliando a contra-revolução fascista como uma pseudo-revolução. A caracterização “de cima” e “de baixo” parte do pressuposto de que o movimento fascista poderia ter sido uma revolução social. No entanto, Maruyama entende que o motor do fascismo seja essencialmente contra-revolucionário (seu fim não é aquele de subverter a ordem estabelecida, mas de ser a oposição radical e direta ao campo revolucionário), não importando tanto se para isso tenha que haver o fechamento ou não das instituições de poder, desde que atenda aos interesses de desenvolvimento da organização contra-revolucionária.³⁹

³⁶ Também conhecido como Tribunal de Tóquio (1946-1948).

³⁷ E.g. IENAGA, Saburo. *Le développement d'une logique de négacion dans l'histoire de la pensée japonaise*. França: La Toison D'Or, 2002; MITCHELL, Richard H. *Janus-Faced Justice*. Hawaii: University of Hawaii Press, 1992; BROWNLEE, John S. *Japanese Historians and the National Myths, 1600-1945*. Tokyo, Vancouver: University of Tokyo Press, UBC Press, 1999.

³⁸ MARUYAMA, Masao. *Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics*. London: Oxford University Press, 1963.

³⁹ “Again, whether fascist control implies the formal suspension or destruction of a modern constitution forms is not a question of principle, but a question of the marginal effectiveness of those systems. If parliamentary institutions should ever become a bridgehead for revolution, then, as in Germany and Italy, they are probably doomed to destruction. However, if a parliamentary system (not simply in the narrow sense of responsible cabinet system; the same applies to a presidential system) is for a number of political and economic reasons free from danger, and if the anti-revolutionary forces have an overwhelming parliamentary majority which seems unlikely to be threatened for some time to come, then parliament presents no serious obstacles to the development of fascism. Of course, if parliamentary principles are fully operative and if the rule of law guaranteed by the constitution is maintained in a relatively pure form, the effective organization of counter-revolutionary forces will meet with considerable difficulties and resistance, tension, there is a great fear of ‘infection’ from neighbouring countries undergoing revolutionary change.” MARUYAMA, op.cit., p. 163 e 164.

“Novamente, se o controle fascista implica na suspensão formal ou destruição de uma constituição

Fascism is in no sense a new social system, nor does it represent an attempt to move towards one. Consequently it has no positive goals, no unambiguous policies. If it has a single objective, then it is simply that of counter-revolution. Hence its slogans can take only a negative form – *anti-communism*, *anti-Semitism*. Hence also the fact that, when adopts the form of single-party dictatorship, it will attempt to make counter-revolution into a permanent form of government on the ideological level as well as on practical grounds. Moreover, fascism pretends in its propaganda to be the friend of every social stratum. But in modern societies composed of a plurality of conflicting and interlocking interests any proponent of a consistent and positive political program is inevitably bound to run counter to the interests of some class or other. (...) Nonsense this may be, but it does serve, in almost cartoon form, to bring into relief the deepest essence of fascism. In abstract and ‘theoretical’ terms, the process of total organization of the counter-revolution can be completed only when, by the compulsory cementing of society, all heterogeneous elements – all actual and potential opponents of the established order – are swept away. But the appearance of these elements opposed to established order is a consequence of the underlying revolutionary situation, not its cause, and unless there is a halt in the world-wide onward march of social revolution itself, this kind of homogenization can never in reality be completed. In this sense the work of fascism is eternally ‘unfinished’; it can exist only as a *perpetuum mobile* towards the goal of total organization of the counter-revolution. And this is the ultimate fate of ‘activist nihilism’ in modern society.⁴⁰

(MARUYAMA, 1983: 175-176)

moderna, as formas não são uma questão de princípio, mas uma questão de eficácia marginal desses sistemas. Se as instituições parlamentares tivessem se tornado uma ponte para a revolução, então, como na Alemanha e na Itália, eles provavelmente seriam condenados à destruição. No entanto, se um sistema parlamentar (não simplesmente no sentido estrito de sistema de gabinete responsável; o mesmo se aplicando a um sistema presidencial) está, por uma série de razões políticas e econômicas fora de perigo e se as forças anti-revolucionárias têm uma maioria parlamentar esmagadora que parece improvável de ser ameaçada por algum tempo, então, o Parlamento não apresenta sérios obstáculos ao desenvolvimento do fascismo. Claro que, se os princípios parlamentares são plenamente operacionais e se o Estado de direito garantido pela Constituição é mantido numa forma relativamente pura, a organização eficaz das forças da contra-revolução se reunirá com consideráveis dificuldades e resistência, tensões, havendo um grande temor de ‘infecção’ advindas de países vizinhos que passam por uma mudança revolucionária.”

⁴⁰ “O fascismo não é em sentido algum um novo sistema social, nem representa uma tentativa de fazer avançar para um. Por conseguinte, não tem metas positivas, não tem nenhuma política inequívoca. Se ele tem um único objetivo, então é simplesmente o da contra-revolução. Daí o seu slogan pode ter apenas uma forma negativa – o anti-comunismo, anti-semitismo. Daí também o fato de que, quando assume a forma da ditadura de partido único, na tentativa de fazer da contra-revolução uma forma permanente de governo no plano ideológico, tal qual no campo prático. Além disso, o fascismo em sua propaganda finge ser amiga de todos os estratos sociais. Mas nas sociedades modernas compostas por uma pluralidade de interesses conflitantes e convergentes qualquer proponente de um programa político consistente e positivo está inevitavelmente ligado contra os interesses de uma classe ou outra. (...) Isso pode ser absurdo, mas serve, numa forma quase caricatural, para pôr em relevo a essência mais profunda do fascismo. Em resumo e em ‘teóricos’ termos, o processo de organização total da contra-revolução só poderá ser realizado quando, por cimentação obrigatória da sociedade, todos os elementos heterogêneos – todos os opositores reais e potenciais da ordem estabelecida – serão varridos. Mas o surgimento desses elementos de oposição à ordem estabelecida é uma consequência da situação revolucionária destacada, não sua causa, e se não houver uma interrupção na marcha mundial diante da revolução social em si, este tipo de homogeneização, na realidade, nunca poderá ser concluída. Neste sentido, o trabalho do fascismo é eternamente ‘inacabado’; só pode existir como um *perpetuum mobile* voltado para o objetivo da organização total da contra-revolução. E este é o destino final do ‘nihilismo militante’ na sociedade moderna.”

Neste mesmo encaminhamento há o estudo de Tetsunari Matsuzawa⁴¹ que com o intuito de identificação do elemento unificante na corrente de pensamento do fascismo de base apontou algumas direções teóricas: certo *retorno às origens* (todos os partidários do ruralismo e aqueles da facção militar de extrema-direita); controle do desenvolvimento (com os teóricos do socialismo nacional, da burocracia “inovadora”); e por fim, uma questão de prioridade nacional (pensadores nacionalistas em geral, e.g. Kita Ikki).

The drive towards war against foreign countries greatly strengthened the oppression and control of the domestic system, and brought about the further development of the controlled or planned economy and the final extinction of all opposition struggle. And so a single, powerful but internally vacuous organization, the Imperial Rule Assistance Association (*taisei yokusan kai*), which embraced the wishes and scale war into which the military dragged the general populace took centre stage. The vast majority of the general public participated directly and completely in this war. With a subjective certainty in the propriety and *together* with the enemy, a state of happiness. To do this meant to commit murder and other extreme acts of anti-foreign aggression. In a word, this movement, this expression of extraordinary, was institutionalized: the extraordinary became the ordinary, the normal. Now all that was necessary was to keep the system in constant motion. Thus, even at the zenith of Japanese fascism, there were nonetheless those who quite rightly pointed to the inadequate mobilization of the organization and the internal weakness of the system.⁴²

(MATSUZAWA, 1983: 14)

Para demonstrar sua hipótese, Matsuzawa afirma que a natureza do fascismo no Japão se expressa sob a xenofobia e a violência advinda do *Tennosei* (Sistema Imperial) como forma de legitimar o Estado, acrescentando que o fenômeno é perfeitamente comparável àquele ocidental em seus sintomas autoritários expressados em seu corpo político. Ele tem em vista que a coesão interna do Estado moderno japonês foi

⁴¹ MATSUZAWA, Tetsunari. *Japanese Fascism and the Tenno Imperial State*. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984.

⁴² “O impulso para a guerra contra países estrangeiros fortaleceu a opressão e o controle do sistema doméstico trazendo o desenvolvimento da economia planejada e controlada e a extinção definitiva de todas as lutas da oposição. E assim uma única organização poderosa, mas internamente vazia, a Associação de Assistência do Governo Imperial (Taisei yokusan kai), que contemplou os anseios e a guerra em grande escala em que o militarismo arrastou a população em geral e tomou o centro do palco. A grande maioria do público em geral participou direta e integralmente nesta guerra. Com uma certeza subjetiva na propriedade e, *juntamente* com o inimigo, um estado de felicidade. Para tanto, significava cometer assassinatos e outros atos extremos de agressividade anti-estrangeiros. Numa palavra, este movimento, esta expressão do extraordinário, foi institucionalizado: o extraordinário se tornou o comum, o normal. Agora tudo que era necessário era manter o sistema em constante movimento. Assim, mesmo no auge do fascismo japonês, mesmo assim houve quem justamente apontou a falta de mobilização da organização e da fraqueza interna do sistema.”

conquistado a base de discriminação e, tal fato, seria reforçado pela pressão econômica imposta pela dinâmica da economia mundial. O Estado moderno, portanto, tomara diferentes formas de expressão: capitalismo industrial, uma monarquia constitucional com sistema político de tipo partidário, ou ainda, um sistema opressor e de controle altamente burocratizado combinado com agressões intermitentes e até guerras. Esta visão acaba se complementando com aquela de Maruyama sobre a construção de um inimigo sob o nome de revolucionário ou de estrangeiro. Matsuzawa, da mesma maneira, leu o sistema imperial como auto-regulador de sua ordem por meio de mudanças e reformas nos limites estreitos de: uma massa participante de forma passiva na política alienada e, ao mesmo tempo, deslumbrada com essa atuação falseada;

The person who join such a movement are 'true believers'. They ignore the present system, structures and procedures, push aside the existing representatives and spokesmen, judge matters directly themselves and try to realize their idealism. Because they believe in their own subjective goals so does not share their views. They feel that non-conformity itself must not be allowed to exist. They harbor a deep and abiding anger towards any non-conformist, attack and try to, or even actually do, obliterate such people as revolutionaries or, in the case of war, as foreigners.⁴³

(MATSUZAWA, 1984: 6-7)

Segundo W. J. Macpherson,⁴⁴ o debate no pensamento marxista, mais presente na literatura japonesa, se insere em duas escolas formadoras: Ronoha e Kozaha.⁴⁵ Ronoha argumentava ser a Restauração Meiji essencialmente uma revolução burguesa liderada por capitalistas industriais; e a segunda escola, Kozaha, que creditava a restauração sob uma base monarquista e de persistência de resíduos feudais. A polêmica foi gerada nos anos 1920 sobre as questões do movimento revolucionário no Japão que culminavam sobre as reformas Meiji.⁴⁶ Portanto, por um lado havia a tese de Ronoha

⁴³ “As pessoas que aderem a esse movimento são ‘verdadeiros crentes’. Eles ignoram o atual sistema, estruturas e procedimentos, colocam de lado os representantes e porta-vozes existentes, as questões de julgamento importam diretamente a si mesmos e tentam compreender seu idealismo. Porque eles acreditam em suas próprias metas subjetivas, portanto, não compartilham seus pontos de vista. Eles sentem que a não-conformidade em si não deve ser permitida a existir. Eles alimentam uma raiva profunda e permanente contra qualquer não-conformista, atacam e tentam, ou o fazem realmente, obliterar pessoas como revolucionários ou, em caso de guerra, estrangeiros.”

⁴⁴ MACPHERSON, W.J. *The economic development of Japan 1868-1941*. London: University of Cambridge Press, 1995.

⁴⁵ MACPHERSON, op.cit, p.6.

⁴⁶ GATTI, op.cit., p.251.

que decodificava as reformas como impostas pelo alto e assim uma revolução democrático-burguesa, ainda que incompleta, caracterizaria uma revolução socialista iminente; e por outro lado, a escola Kozaha, concebe o reformismo Meiji como uma aliança do capital monopolista com os grandes proprietários de terra, sendo urgente uma sublevação democrático-burguesa a se transformar rapidamente numa revolução socialista. Assim, a Ronoha entende que a experiência japonesa é distinta da europeia pelo fato de que o fascismo se desenvolve sobre uma base econômica de dominação do capitalismo monopolista fundamentando-se numa organização de massa que atendia e propagava os interesses fascistas. A Kozaha se embasava numa definição mais consolidada do imperialismo japonês como militar-feudal. Um ponto comum às duas escolas é o de que:

A ditadura fascista não é simplesmente uma ditadura reacionária, como os regimes de Horthy e Tsankov. É uma ditadura do capital financeiro, que tem sido capaz de, pelo emprego de um número de novos métodos, de assegurar-se pelo apoio de uma pequena-burguesia por meio de uma política demagógica e de uma organização de massa. Estas duas ferramentas do fascismo existem no Japão – 1) a dominação do monopólio do capital, que teme a revolução proletária, que está a procura da saída disso pelo caminho de uma organização de um Estado fascista dentro da nação, e uma nova guerra com um objeto de uma redivisão do mundo, e 2) uma procura da criação de um movimento de massa da pequena-burguesia, como uma barreira para o capitalismo, apoiada por slogans social-democratas? Esses dois fatores estão presentes [no Japão].

(RADEK, 2005:75)

O fascismo, partindo deste ponto de vista, requer que seus seguidores sejam mobilizados e engajados a fim de manter o movimento; os meios de comunicação e outros artifícios são evocados para o despertar das massas com a concessão da participação ofuscada e ativa no Estado. Segundo Willensky, o Japão Imperial foi um Estado comprometido com as relações capitalistas, operando sem responsabilidade sobre as massas, um governo elitista-autoritário e imperialista.⁴⁷ Miles Fletcher⁴⁸ solidamente defende uma ideia do envolvimento de intelectuais que apontavam para a experiência fascista ocidental para o projeto de construção nacional (e de expansionismo) e de identidade daquele período. Para tanto, Fletcher apresenta três pensadores da política nacional do período a fim de demonstrar como algumas bases dadas na estrutura do Estado japonês, como a organização das massas e a subordinação de outras nações vizinhas,

⁴⁷ WILLENSKY, op.cit., p.74

⁴⁸ FLETCHER, Miles. op.cit.

contribuíram para o desenvolvimento de uma economia, política e sociedade planejadas para operar voltadas para o modelo autoritário ocidental do período.

Explicar a fascistização do Estado japonês é também entender que esta foi realizada sob o jugo das elites no poder com estruturas pré-existentes das reformas Meiji como sublinhou Maruyama. A discussão sobre a forma de governo e do caráter de classe do sistema imperial retomam os mesmos matizes. Nesse campo de possibilidades dois extremos são salientes, aqueles que consideram o “fascismo puro” e aqueles que negam a existência apoiando-se sobre a tese do militarismo e ultranacionalismo.⁴⁹ Observação a ser investigada, ainda sob a chave de pensamento de que o fascismo é essencialmente contra-revolucionário, é a de que tais escritas da história também se movem a partir desta engrenagem apontando para o par revolução e contra-revolução; em sua maioria, mesmo as teses que se apóiam sobre a teoria do militarismo funcionam sobre a mesma base de discussão: o fascismo e a revolução. Para tanto, ao atentar à aplicação da categoria reducionista e ambígua do militarismo pode-se debruçar sobre as relações econômico-sociais na sociedade japonesa e melhor consolidar a discussão sobre o fascismo, de forma que possa ser delimitado, rejeitando o desgaste por afrouxamento ou por estrangulamento do conceito.

O fato de recusar ou admitir o uso do termo fascismo para a experiência japonesa confina o debate num código binomial, e por consequência as várias formas de tentar comparar cada caso acabam diluídas num jogo de forças infinito, acabando-se numa vazia disputa retórica. As formas de controle fascistas que faziam com que houvesse ou não o fechamento de instituições – de acordo com sua pertinência ao poder hegemônico daqueles anos – o partido único, o sistema parlamentar ou presidencial são apenas as faces às quais o fascismo escolheu para se dissimular em cada incidência. O aspecto inegável é de que existia a supressão violenta das forças revolucionárias e era contra elas que o movimento autoritário nos anos das grandes guerras contemporâneas – aliado a outros líderes, já assentados no quadro da política japonesa hegemonicamente apontando para as experiências ocidentais, que ansiavam por uma modernização do Estado capitalista e de expressão no cenário econômico mundial – se mobilizava.⁵⁰

⁴⁹ GATTI, op.cit., p. 254-256; WILLENSKY, op. cit., ...;

⁵⁰ MARUYAMA, op.cit. & WILLENSKY, op.cit.